



Câmara Municipal de Penacova

Processo n.º: 03 / 2017
MyDoc n.º: 2017 / 300.10.001 / 5

RELATÓRIO DO PROJETO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

página 1 | 4

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

Empreitada de Obras Públicas: **Beneficiação de Equipamento Desportivo / Infraestruturas – Construção de Módulos Pré-Fabricados de Balneários no Campo da Serra - II**

Relatório do Projeto da Decisão de Adjudicação

(Art.º 125 do CCP)

1. Introdução

Na formulação da decisão administrativa de autorizar a contratação e a despesa, de acordo com o despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de **27/02/2017**, entre as decisões tomadas consta a decisão de convidar uma única entidade. Nos termos do n.º 1 do art.º 67 e do n.º 1 do art.º 125 do Código dos Contratos Públicos [CCP], anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro na sua redação atual, a instrução do procedimento pré-contratual pode ser assegurada não por um Júri, mas diretamente pelos serviços da entidade adjudicante, sendo da sua competência, pedir esclarecimentos sobre a proposta apresentada e submeter o Projeto da Decisão de Adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar.

De acordo com o n.º 2 do art.º 125 do CCP, com as necessárias adaptações, não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração de relatório preliminar e final, porém o concorrente pode ser convidado a melhorar a sua proposta. Face aos preços apresentados estarem em conformidade com o previsto, o órgão competente para a decisão de contratar dispensou o convite à melhoria da proposta.

Com referência aos elementos abaixo discriminados e em cumprimento do disposto no art.º 67 e 125 do CCP, procedeu-se à análise da proposta e à elaboração do projeto da decisão de adjudicação, de que resulta o presente relatório:

Ref.^a do procedimento: 03/2017

Data da Decisão de Contratar: 27/02/2017

Fase Preliminar: Informação Técnica n.º 426/2017, datada de 27/01/2017

Deliberação: Despacho de 27/02/2017 **Órgão Competente:** Sr. Presidente da Câmara Municipal

No seguimento da informação para início do procedimento do Sr. Eng.º Pedro Costa, datada de 27 de Fevereiro de 2017, anexa a este processo, e proposta da Chefe de Divisão, relativamente à empreitada de obras públicas **"Beneficiação de Equipamento Desportivo / Infraestruturas – Construção de Módulos Pré-Fabricados de Balneários no Campo da Serra - II"**, processo MyDoc n.º 2017/300.10.001/5, com informação de cabimento datada de 06/12/2016 tomo as seguintes decisões:

Decisão de Contratar: Havendo necessidade de execução da empreitada e não dispondo o Município de meios humanos e de equipamento para a execução dos trabalhos, tomo a decisão de contratar, estimando-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder 33.000,00 €.

Decisão de autorizar a despesa: No uso da competência própria, para autorizar a realização

AJUSTE DIRETO | BoED / INFRAESTRUTURAS – CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS PRÉ-FABRICADOS DE BALNEÁRIOS NO CAMPO DA SERRA - II



Largo Alberto Leitão, 5
3360-341 Penacova

Tel. +351 239 470 300
Fax. +351 239 478 098

geral@cm-penacova.pt
www.cm-penacova.pt

NIF 506657957

RELATÓRIO DO PROJETO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

página 2 | 4

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

contratual da despesa prevista na alínea a) do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que pode ir até 149.639,00 €, autorizo a despesa inerente ao contrato a celebrar, uma vez que o preço contratual não deverá exceder 33.000,00 €.

Decisão de aprovação das peças do procedimento adotado: Aprovo as peças do procedimento, Convite e Caderno de Encargos que inclui o Projeto de Execução, conforme previsto no n.º 2 do artigo 40.º do CCP.

Decisão de escolha do procedimento: Nos termos da regra geral de escolha do procedimento, prevista no artigo 18.º do CCP e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes do artigo 19.º do CCP, adote-se o procedimento de ajuste direto.

Decisão de designação do Júri: Dispensa.

Decisão da Abertura do procedimento: Abra-se o procedimento disponibilizando-o às entidades convidadas através da Plataforma Eletrónica Vortalgov.

Decisão das entidades a convidar: Deverá ser convidada a CAPA – Engenharia e Construções Metalomecânicas, S.A., NIF 501 628 010, com cede na Rua Ribeiro Cambado, 1491 – Alto da Serra, 4440-695 Valongo, com Alvará n.º 59959 - PUB.

Das entidades convidadas a apresentar proposta, os Serviços deverão verificar se o convite não viola os limites previstos no n.º 2 e no n.º 5 do artigo 113.º do CCP.

Objeto da contratação:

Realização da empreitada de obras públicas "Beneficiação de Equipamento Desportivo / Infraestruturas – Construção de Módulos Pré-Fabricados de Balneários no Campo da Serra - II".

O procedimento de **Ajuste Direto**, foi conduzido pelo disposto no Capítulo I, do Título III, da Parte II do CCP, formalizado integralmente na Plataforma Eletrónica da Contratação Pública VORTALgov, no sítio <http://portugal.vortal.biz>, tendo o procedimento a ref.ª **DGPUOP_AD.EOP_03/2017**.

Nos termos do CCP, compete aos serviços da entidade adjudicante proceder à análise e avaliação da proposta. A tarefa de análise é prévia à de avaliação e é feita em absoluto para cada proposta: - trata-se de verificar se a mesma dispõe das condições para ser admitida e em caso afirmativo, objeto de avaliação.

A entidade convidada a apresentar proposta foi a seguinte:

CAPA – Engenharia e Construções Metalomecânicas, S.A.

A data limite para apresentação das propostas, **15/03/2017** pelas **16h00**, foi definida na plataforma eletrónica e peças do procedimento. A entidade convidada concretizou a sua participação no procedimento de contratação, utilizando a plataforma eletrónica, adquirindo de acordo com o art.º 53 do CCP a denominação de **Concorrente**:

AJUSTE DIRETO | BD/ED / INFRAESTRUTURAS – CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS PRÉ-FABRICADOS DE BALNEÁRIOS NO CAMPO DA SERRA - II

**RELATÓRIO DO PROJETO DA
DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO**
página 3 | 4

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

- Tabela I. -

N.º Concorrente	Preço Base	Preço Proposta	da
1 CAPA – Engenharia e Construções Metalomecânicas, S.A.	33.000,00 €	32.912,00 €	

De acordo com o n.º 2 do art.º 125 do CCP, com as necessárias adaptações, não há lugar à fase de audiência prévia nem à elaboração de relatório preliminar e final.

2. Análise e Avaliação

As razões que, nos termos do CCP, podem levar à não admissão de uma proposta em ajuste direto estão previstas no n.º 2 do art.º 122 que por sua vez remete para o art.º 146, n.º 2 e 3 - específico do concurso público - aplicável com as necessárias adaptações, e o art.º 70, n.º 2 - aplicável a todos os procedimentos.

Da análise efetuada, os serviços da entidade adjudicante concluíram que o concorrente apresentou os documentos solicitados no n.º 7 do Convite de acordo com todos os pressupostos do mesmo e, suprimiu as exigências regulamentares aplicáveis, considerando-se a proposta admitida.

Mais se informa que não existiu a necessidade de corrigir o preço contratual proposto tendo em conta a lista de preços unitários (preços unitários mais decompostos) apresentada na plataforma eletrónica (de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 60 do CCP).

Das considerações supra referidas resulta a tabela que de seguida se apresenta, onde se inclui o preço contratual proposto para os trabalhos inicialmente concursados, valores sem IVA, bem como a proposta dos serviços da entidade adjudicante relativa a admissão da proposta:

- Tabela II. -

N.º Concorrente	Preço	Preço	Preço	Conclusão
	MQT Inicial	Erros e Omissões	Contratual e Proposto	
1 CAPA – Engenharia e Construções Metalomecânicas, S.A.	32.912,00 €	---	32.912,00 €	Admitida

Da avaliação efetuada, conclui-se que a proposta foi instruída com os elementos mínimos exigidos e no cumprimento das peças do procedimento, não requerendo qualquer pedido de esclarecimentos, estando em condições de ser submetida ao órgão competente para a decisão de contratar para os devidos efeitos.

RELATÓRIO DO PROJETO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

DGPUOP | Setor de Obras Públicas

página 4 | 4

3. Conclusão

Face ao exposto, propõe-se a adjudicação ao concorrente **CAPA – Engenharia e Construções Metalomecânicas, S.A.** pela quantia de **32.912,00 €** (trinta e dois mil, novecentos e doze euros), à qual acresce o IVA à taxa legal aplicável que à data é 6%.

O contrato a celebrar relativo à empreitada de obras públicas manter-se-á em vigor pelo prazo de **60 (sessenta) dias**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Mais se informa, no âmbito do art.º 127 do CCP, que o contrato a celebrar só será eficaz após a sua publicitação pela entidade adjudicante no portal da Internet dedicado aos contratos públicos.

Cumprida a tramitação aplicável ao procedimento, submete-se o presente **Projeto da Decisão de Adjudicação** juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, ao órgão competente para a decisão de contratar para efeitos de adjudicação, no cumprimento do disposto no art.º 125 do CCP. Em simultâneo deverá ser **aprovada a minuta do contrato**, no cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 98 do CCP.

Penacova, 20 de Março de 2017

Pedro Nuno Rodrigues Costa

Técnico Superior

321

